



**OLHARES SUBALTERNOS VOZES SILENCIADAS:  
CONTRIBUIÇÕES DO CONSTRUTIVISMO FEMINISTA  
PARA A COMPREENSÃO DOS PROCESSOS DE  
ASSISTÊNCIA ÀS VÍTIMAS DE ESTUPRO EM MASSA NO  
CONFLITO DA BÓSNIA-HERZEGOVINA (1992-1995)**

*SUBALTERN LOOKS SILENCED VOICES: CONTRIBUTIONS  
FROM FEMINIST CONSTRUCTIVISM TO UNDERSTANDING THE  
PROCESSES OF ASSISTING VICTIMS OF MASS RAPE IN THE  
BOSNIA-HERZEGOVINA CONFLICT (1992-1995)*

**PEDRO BARBABELA<sup>1</sup>**

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais - MG

E-mail: pedro.barbabela@gmail.com

**TAINÁ ESTANISLAU SIMAN ALVES<sup>2</sup>**

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais - MG

E-mail: taina.siman@gmail.com

**JOELTON CARNEIRO DE LIMA<sup>3</sup>**

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais - MG

E-mail: joeltonlima2@yahoo.com.br

**Resumo:** O presente trabalho busca possibilitar uma reflexão analítica do construtivismo feminista para a compreensão do estupro em massa ocorrido na Guerra da Bósnia, bem como o valor de suas contribuições para o campo de estudo das Relações Internacionais. Para tanto, será realizada uma análise sobre as diferentes visões e percepções de gênero no que se refere aos casos de estupro em massa e as ações genocidas durante a Guerra da Bósnia. Além disso, busca-se compreender as ações promovidas pelos grupos de assistência às vítimas apoiado pelo movimento feminista no país, no momento pós-guerra. Um olhar de gênero sobre o conflito, conforme

---

<sup>1</sup> Graduando em Ciências Sociais e Bacharel em Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas). Pesquisador do Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre a Mulher (NEPEM UFMG). Extensionista do Projeto Parlamento Jovem de Minas Gerais.

<sup>2</sup> Bacharela de Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.

<sup>3</sup> Atualmente é professor do Departamento de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas). Possui graduação em Geografia pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (2004). Mestre em Relações internacionais (2016), atuando principalmente no seguinte tema: Quilombos/ Geografia física/Relações Internacionais/Educação.

analisado ao longo deste artigo, revela uma dupla construção que oprime e silencia diversas mulheres que vivenciaram a guerra.

**Palavras-chave:** Guerra da Bósnia. Estupro em Massa. Teoria Feminista.

**Abstract:** The present paper aims for an analistic reflection of feminist constructivism on the comprehension of the mass rapes occurred during the Bosnian War as well as its contribution value to the field study of International Relations. In order to do this, will be presented an analysis on the different visions and perceptions of gender in what refers to the cases of mass rape and genocide actions during the War of Bosnia. Besides this, it aims for understanding the actions promoted by groups for assistance to the victims in the country, at the post-war moment. With a look on gender over the conflict, as analysed through this article, reveals a double construction that oppresses and silences various women who have lived through war.

**Keywords:** Bosnian War. Mass Rape. Feminist Theory.

## Introdução

A Guerra da Bósnia-Herzegovina (1992-1995) refletiu a instabilidade presente no continente europeu no período pós-Guerra Fria, principalmente depois da desintegração do governo socialista da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), em 1991. O alto grau de tensão político e religioso, aliado ao crescente nacionalismo na região levou a um conflito que buscava centralizar o poder administrativo da República Iugoslava, mantendo assim o controle sérvio sob as demais repúblicas autônomas. Após a proclamação de separação da Bósnia, o governo da República da Sérvia agiu de modo a minar qualquer forma de independência atacando, de forma direta e indireta, toda a cultura bósnia.

O número de vítimas do conflito ainda hoje é incerto, não havendo números oficiais por parte do governo. O que, por outro lado, tornou-se perceptível ao longo do conflito foram os diversos tipos de violações de Direitos Humanos, que foram reportados rapidamente pelos veículos internacionais de mídia, incluindo especificamente os casos do estupro em massa e dos campos de estupro, criados pela milícia sérvia. Devido às práticas genocidas empregadas durante o conflito e ao alto número de mortes, surgiram várias iniciativas para lidar com o problema, tanto no plano local, através da atuação de Organizações não Governamentais (ONG's), cabendo o destaque das organizações de mulheres, quanto no plano internacional,

*RICRI Vol.5, No.9, pp.84-109.*

com a criação do Tribunal Penal Internacional para a Ex-Iugoslávia, instância específica para julgar e punir responsáveis por crimes de guerra, e outras organizações majoritariamente sob égide da Organização das Nações Unidas (ONU).

Desta forma, o presente artigo se divide em quatro seções. Na primeira delas apresentamos o diálogo entre as teorias construtivista, abordando conceitos que darão uma base para compreendermos o *framework* selecionado seguindo uma abordagem crítica feminista. Na segunda seção iremos contextualizar a emergência do conflito no Estado assim como os crimes de guerra, dando enfoque para o estupro em massa. Na seção seguinte abordaremos um breve histórico do movimento de mulheres no país, para assim tornar mais fácil a compreensão da articulação dos grupos de mulheres no país no que diz respeito ao suporte às mulheres vítimas de violência sexual. Na quarta seção buscaremos analisar as consequências, sejam elas sociais e/ou políticas, no que se refere à realidade das mulheres no país; abordaremos o tema do nascimento dos filhos da guerra e as respostas dadas às mulheres sobre a violência sofridas por elas. Por fim, apresentaremos as considerações finais do presente trabalho abordando os ganhos analíticos da pesquisa, bem como as contribuições do uso da abordagem do feminismo construtivista para o campo das relações internacionais.

## **1. Feminismo, construtivismo e suas interseções**

Propõe-se aqui fazer uma análise das ações dos grupos de mulheres no que se refere ao suporte às mulheres vítimas de estupro em massa no conflito da Bósnia. Desta forma, faz-se necessário o desenvolvimento de um plano teórico-conceitual para compreender os ganhos ao se analisar a situação estudada sob uma lente feminista. Paralelamente ao desenvolvimento teórico serão levantados conceitos utilizados nos trabalhos de teóricas feministas para compreender de forma mais clara a realidade do Estado.

Ao longo dos anos, dentro do campo de estudos das Relações Internacionais, diversas teorias surgiram e se modificaram a fim de fornecer análises e explicações dos fenômenos observados no sistema internacional, bem como seus resultados. Desde o realismo clássico, a

***RICRI Vol.5, No.9, pp.84-109.***

necessidade do surgimento de novas teorias refletiu as mudanças das dinâmicas das interações, a imprevisibilidade de determinadas ações e surgimento de novos atores. Em contrapartida às teorias racionalistas, em que o Estado é o principal ator das relações internacionais, surgiu-se o construtivismo.

O foco principal da teoria construtivista encontra-se no fenômeno social, construído a partir de normas, regras e instituições. Esses fenômenos sociais mediam a relação entre agência e estrutura, e a sua constituição é recíproca. Dessa forma, ao mudar a percepção sobre identidades, normas e regras, o agente é capaz de provocar mudanças na estrutura, e de maneira recíproca, a estrutura também é capaz de modificar o agente (WENDT, 1999). A constituição dos indivíduos, da sociedade e do próprio Estado é um processo contínuo. Sendo as regras centrais nesse processo, pois definem os “agentes em termos da estrutura e a estrutura em termos de agentes” (ONUF, 1998: 7). Dessa forma, o conflito em si e seu desenvolvimento baseia-se em uma lógica de gênero das construções sociais, políticas e econômicas, que permeiam as relações da sociedade em escala local, regional e federal.

De maneira semelhante, o feminismo como um grupo de teoria, surge e modifica-se ao longo do tempo e local, variando de acordo com as percepções de maneira plural. Dessa forma, espaço para novos feminismos que relacionam “mensagens de gênero em áreas para além de suas casa e identidades pessoais: em mitos, ideologias, e instituições patriarcais como a família, o Estado e a divisão de trabalho” (LOCHER, PRUGL, 2001: 115, tradução nossa<sup>4</sup>), relacionando assim a ideia de que “o pessoal é político”, e “o político é pessoal”.

A criação do Estado-Nação com a assinatura dos tratados de paz de Vestefália (1648) inaugura um momento ímpar da história. A formação do entendimento de Estado enquanto um agente soberano sobre seu território e povo, detentor do uso legítimo da força, conforme entende Weber (1991), explicita a conexão do Estado moderno com atributos masculinos, o que excluiria ou ao menos dificultaria a participação de indivíduos subalternizados (mulheres,

---

<sup>4</sup>feminist writings explored gender messages in areas beyond households and personal identities: in myths, ideologies, and patriarchal institutions, such as the family, the state, and the division of labor.

negros, LGBTIs). A própria noção de contrato social, desenvolvida pelos contratualistas, parte do entendimento de que o indivíduo que participa do contrato é essencialmente masculino, sendo garantido a ele a participação na arena pública (PATEMAN, 1993; MATOS, PARADIS, 2014). Assim, podemos entender a constituição dos Estados nacionais como sendo marcados por um conteúdo sexista que privilegia a participação dos homens na instituição.

Neste sentido, os movimentos de mulheres buscariam agir de modo a atingir a despatriarcalização total do Estado. O ato se daria por uma série de fatores como o reconhecimento de demandas específicas por parte do Estado, a entrada de mulheres no processo de decisão política, o questionamento dos paradigmas e ideias essencialmente masculinos da estrutura estatal, dentre outros. Assim podemos compreender a despatriarcalização como tratando-se “[...] dos esforços em curso de descolonização/despatriarcalização do Estado, tomando como eixo central de análise a opressão de gênero ou de origem patriarcal, na chave de um processo de democratização social e do próprio Estado” (MATOS, PARADIS, 2014: 59).

Conjugadas, as teorias são capazes de perceber de maneira significativa a ação e o papel de grupos de indivíduos, quebrando de certo modo a visão de que o Estado é o ator unitário do sistema internacional presente na maior parte das teorias racionalistas de relações internacionais. No entanto, tem-se que “Ao deixar as relações de poder subteorizadas, faltam aos construtivistas as ferramentas para explicar como gênero e poder se reproduzem, e como e porque determinadas construções emergem e são mais influenciáveis do que outras” (LOCHER, PRUGL, 2001: 113, tradução nossa<sup>5</sup>).

No construtivismo feminista, “o gênero é elemento constitutivo das relações sociais baseadas nas diferenças de percepção entre os sexos, e o gênero é uma maneira primária de significar as

---

<sup>5</sup>Because they leave the social construction of power undertheorized, constructivists lack the tools to explain how gender and power reproduce, how and why certain constructs emerge ad more influential than other.

relações de poder” (SCOTT, 1986: 1067, tradução nossa<sup>6</sup>). Assim, o gênero estaria presente em todos os aspectos das relações internacionais, como componente das relações entre agência e estrutura, por ser capaz de produzir novas compreensões em mudanças sociais. Ao relacionar gênero e poder, e agência e estrutura, o construtivismo feminista estabelece relações entre feminismo e mudanças sociais, entre mudanças nas percepções de normas e regras do Estado e da política como ferramentas para mudanças na estrutura.

## **2. Emergência do conflito e os crimes de guerras**

O conflito de independência da Bósnia-Herzegovina, ocorrido entre os anos de 1992 e 1995, marcou a história europeia de maneira ímpar, mostrando a instabilidade do continente europeu no período pós Segunda Guerra Mundial. Com o início do desmembramento da Iugoslávia, diversas repúblicas buscaram sua separação e independência, apesar da grande oposição sérvia.

Das repúblicas que compunham a Iugoslávia, a Bósnia era claramente a mais heterogênea tanto em relação à religião como etnicamente, havendo uma conexão clara entre as duas características (CAMPBELL, 1998). Até 1993, a república autônoma da Bósnia era formada por 43% de bósnios muçulmanos, 35% de sérvios ortodoxos e 18% de croatas católico-romanos, o que tornava a situação da região realmente complexa e instável (POWER, 2004). A permanência da Bósnia na República da Iugoslávia seria desvantajosa à sua população visto que os cidadãos sérvios continuariam recebendo benefícios, como melhores oportunidades e melhores salários.

Em março de 1992, foi realizado um plebiscito para a independência da República da Bósnia, porém os sérvios-bósnios realizaram um boicote à consulta. O resultado final comprovava que a maioria da população bósnia (cerca de 99,4% da população) optara por separar-se da

---

<sup>6</sup>gender is a constitutive element of social relationships based on perceived differences between the sexes, and gender is a primary way of signifying relationships of power.

Iugoslávia. Com o resultado do plebiscito, os dois membros presidenciais da sérvia renunciaram ao cargo e, apoiados pelo presidente sérvio, Milosevic, declaram a formação de um Estado sérvio-bósnio dentro das fronteiras da Bósnia-Herzegovina.

Após poucos dias da independência, o exército e a população sérvia começaram suas ações, como a detenção e execução da população não sérvia residente no país, a destruição de centros culturais e religiosos para assim eliminar toda a cultura bósnia e croata. A prática adotada pelo lado sérvio de ataque aos civis era enquadrada como um ato de limpeza étnica.

O Exército Nacional da Iugoslávia se alinhou prontamente à “nova república” contribuindo com soldados e armas. Os bósnios muçulmanos, por outro lado, dependiam apenas do sistema internacional visto que a ONU havia imposto um embargo de armas para a região em 1991. Assim, existia um desequilíbrio na capacidade militar dos grupos envolvidos no conflito, o que contribuiu para que em pouco tempo os sérvios-bósnios dominassem mais da metade da República (POWER, 2004). A ofensiva militar e o conflito subsequente, que viria a durar três anos e meio, foi marcado por um enorme número de mortes e violações dos direitos humanos. O número de mortos no conflito ainda é incerto, porém, significativo.

Com o desenvolvimento do conflito na Bósnia, os diversos crimes contra a humanidade foram evidenciados. A estratégia sérvia da eliminação de todas as demais etnias que compunham a República Bósnia tornou-se uma ação genocida: “O genocídio bósnio desnuda pretensões de extermínio racial, étnico e religioso, sem que se possa distinguir claramente os motivos prevaletentes” (CANÊDO, 1999: 116).

O relato de uma missão pedida pelo Conselho de Segurança inclui depoimentos em que os bósnios afirmavam ter medo de sair nas ruas ou frequentar restaurantes locais. Muitos foram despedidos de seus empregos sem motivo, tiveram suas casas destruídas, e passaram a ter medo de amigos e vizinhos. Logo, as ameaças evoluem para agressões, assassinatos e tortura, que aconteciam de forma aleatória, sem motivo aparente, mas que tinham a identidade muçulmana claramente como alvo. Dessa forma, em 1992 já havia relatos de “campos”

montados pelos sérvios, para onde os muçulmanos bósnios eram levados e torturados, espancados e mortos. O acesso à comida era controlado e não havia tratamento médico ou condições básicas de higiene (UNCHR, 1993).

O principal relato de genocídio durante a Guerra da Bósnia ficou conhecido como o Ataque de Srebrenica. A área de Srebrenica foi em 1993 e através do Conselho de Segurança declarada como uma “área segura”, ou seja, desmilitarizada, sob os cuidados da Força de Proteção das Nações Unidas (UNPROFOR). Em julho de 1995 a área é invadida por forças sérvias e os homens bósnios acima de 16 anos são separados das mulheres e em seguida assassinados. O Tribunal Internacional para a Antiga Iugoslávia estima que mais de 6 mil pessoas morreram (ICTY, 2015), sendo assim possível concluir que “a limpeza étnica não parece ser consequência dessa guerra, mas sim o seu objetivo” (UNCHR, 1993). As mulheres levadas do ataque de Srebrenica foram encaminhadas para os chamados “campos de estupro”, e o estupro em massa pode também ser considerado uma ferramenta para a limpeza étnica.

O estupro contra mulheres e homens é frequentemente utilizado como uma arma de guerra, como uma forma de ataque ao inimigo. Levando em consideração o contexto da violência de gênero, a expressão "arma de guerra" é associada ao uso da violência contra a mulher que atinge diretamente a capacidade do inimigo de travar o conflito, como uma expressão do caráter organizado de tais atos de violência. De forma a contribuir de maneira efetiva para a ação militar, capaz de proporcionar a um grupo uma vantagem militar definitiva (LEANDRO, 2012).

Dessa forma, dentro do contexto da sociedade bósnia e a percepção de identidade do gênero feminino, a conquista e degradação de suas mulheres ou combatentes capturados do sexo masculino é tipificada. É possível analisar uma correlação entre significado e ação em dois níveis principais, no macro e no micro.

No nível micro o estupro em massa atinge a sociedade no que tange às percepções de gênero entre homem e mulher e os seus papéis designados, bem como aos valores familiares e à



honra. Por diversas vezes a prática foi enquadrada como uma arma de guerra para ataque à sociedade bósnia por três formas: fragmentação, humilhação e gravidez forçada.

O estupro criava uma barreira entre a vítima e a sociedade, devido a isso muitas destas mulheres vítimas se calavam, ocultando o acontecido. A partir do estupro em massa, a fragmentação existe no sentido de romper com as famílias, de forma que as mulheres são estigmatizadas e abandonadas, fragmentando a sociedade. Alguns dos relatórios produzidos inclusive afirmavam que o estupro em massa pode ser uma ferramenta particularmente efetiva em determinados grupos, como dentro da cultura muçulmana, em que a virgindade é símbolo de honra:

Se os maridos nunca mais forem capazes de abraçar novamente suas esposas que eles saibam que tenham sido violadas, e se as mulheres recuarem do contato sexual, e se as famílias rejeitarem as filhas duas vezes vitimadas – pela violência e então pelas escrituras de uma cultura que estima a virgindade – então é possível que a política de estupros ajude a dizimar os Bósnios Muçulmanos. (QUINDLEN apud AYDELOTT, 1993: 603, tradução nossa<sup>7</sup>).

O estupro em massa foi também utilizado como forma de envergonhar ou punir determinado grupo. No relato feito por Mazowiecki (1992) à Comissão de Direitos Humanos para as Nações Unidas, é defendida a percepção que os estupros eram feitos da forma mais sádica possível, envolvendo estupros em grupo, e estupros de crianças e idosas, expostas a situações degradantes e humilhantes à sua família e perante toda a comunidade, a fim de intimidar e espalhar o terror às comunidades. A humilhação, por sua vez, também contribui para o rompimento do seio familiar, e de toda a comunidade, com o sentimento de falha por não conseguir proteger as “suas mulheres”:

Os homens de uma nação conquistada geralmente veem o estupro de “suas mulheres” como a humilhação final, como um sexual *coup de grace*. O estupro é considerado para a população de uma nação derrotada como parte do esforço consciente do inimigo para destruí-la. (...) O corpo de uma mulher estuprada se torna um campo de batalha cerimonial, uma parada de desfile para as cores da tropa vitoriosa. O ato apresentado sobre ela é uma mensagem passada entre homens – a

---

<sup>7</sup>If husbands are never able to embrace again wives whom they know to have been violated, if women so violated recoil from sexual contact, if families reject daughter twice victimized, by violence and then by the structures of a culture that esteems virginity - then it is possible that the rape policy will help wipe out the Bosnian Muslims.

prova vívida da vitória de um e da derrota do outro (BROWNMILLER, 1993: 38, tradução nossa<sup>8</sup>).

Os campos de estupros constituíram uma gravíssima violação da integridade das mulheres e de seus direitos mais básicos. Os campos de estupro eram lugares como escolas, hotéis e armazéns abandonados onde mulheres, principalmente as bósnias muçulmanas, eram obrigadas a manter relações sexuais com vários soldados, por diversas vezes. Algumas mulheres ficavam presas por meses, até engravidarem e não poderem mais abortar (UNITED NATIONS POPULATION FUND, 2010):

Em algumas comunidades bósnias, por exemplo, as mulheres foram separadas dos homens e detidas por determinados períodos em qualquer lugar que pudesse ser transformado em centro provisório de detenção. Eram levadas uma a uma em pequenos grupos por vez, para serem sexualmente abusadas. Aquelas que escapavam do aprisionamento corriam o risco de serem atacadas (UNITED NATIONS POPULATION FUND, 2010: 8-9).

No nível macro, o estupro se torna significativo quando o corpo da mulher é entendido como o corpo da Nação, ou seja, violentando a mulher você estaria violentando a Nação (BANJEGLAV, 2009). A gravidez forçada também se enquadra como arma de guerra de limpeza étnica, tendo em vista que os filhos das bósnias muçulmanas seriam considerados sérvios: “Mulheres são estupradas em todas as formas de conflito armado, internacionais e internos, se o conflito é travado principalmente por motivos religiosos, étnicos, políticos ou nacionalistas, ou uma combinação de todos estes” (CHINKIN apud BANJEGLAV, 2009: 11, tradução nossa<sup>9</sup>).

Banjeglav (2009) trabalha com a ideia de que no nacionalismo os papéis sociais entre homens e mulheres se dividem de maneira clara. O processo de construção da nação inclui necessariamente papéis de gênero para homens e mulheres, a fim de construir e fortalecer a identidade nacional (BATINIC, 2001; BANJEGLAV, 2009). Os homens são vistos como

---

<sup>8</sup>Men of a conquered nation traditionally view the rape of “their women” as the ultimate humiliation, as a sexual coup de grace. Rape is considered by the people of a defeated nation to be part of the enemy’s conscious effort to destroy them (...). The body of a raped woman becomes a ceremonial battlefield, a parade ground for the victor’s trooping of the colors. The act that is played out upon her is a message passed between men - vivid proof of victory for one and defeat for the other.

<sup>9</sup> Women are raped in all forms of armed conflict, international and internal, whether the conflict is fought primarily on religious, ethnic, political or nationalist, grounds, or a combination of all these.

futuros mártires – sendo convidados a participarem do exército ou se envolverem na vida política –, enquanto a mulher é vista como “mães” – com o papel de manter a nação com o intuito de dar à luz a novos membros da mesma.

Porém, por outro lado, a mulher também é vista como um inimigo em potencial. Dentro dos campos de estupros as mulheres eram regularmente ameaçadas, escutando que ficariam em cativeiro até darem à luz a bebês sérvios, “poluindo” a raça bósnio-muçulmana (AYDELOTT, 1993).

Assim, as mulheres da outra nação são encaradas “como reprodutoras que são vistas como um inimigo e uma ameaça, e que podem possivelmente destruir sua própria nação por sua prole numerosa” (BANJEGLAV, 2009: 21, tradução nossa<sup>10</sup>). O papel do homem, nesta situação seria de controlar o corpo feminino. Os corpos das mulheres seriam entendidos então “como “incubadoras” fundamentais para a manutenção das fronteiras externas e internas da nação”. (BANJEGLAV, 2009, p. 21, tradução nossa<sup>11</sup>). Dessa forma, durante a guerra, os corpos das mulheres se tornaram, tanto metaforicamente como fisicamente, representação do corpo social e político da nação bósnia. Matar ou causar dano ao corpo seria degradar o símbolo de pureza e fertilidade da Nação (BANJEGLAV, 2009; BATINIC, 2001).

Além disso, as informações obtidas a partir dos relatórios expunham dois fatos principais. O primeiro deles é o de que os estupros constituíam um comportamento aleatório, porém não isolado, como forma de ataque. Eles eram estrategicamente elaborados e tinham como objetivo atingir não apenas a vítima, mas toda a sociedade; eram, por definição, realmente um estupro em massa.

Em segundo lugar, os ataques eram direcionados, tendo como critério a etnia das vítimas, ou seja, a razão para a violência era o pertencimento à etnia, de forma que a quantidade de

---

<sup>10</sup>However, it is the “other” nation’s women as reproducers who are seen as an enemy and a threat, which can possible destroy one’s nation by their numerous offspring.

<sup>11</sup>women's bodies as incubators are instrumental to the maintenance of the external and internal boundaries of the nation.

vítimas de ataques de estupros pertencentes à outra etnia fosse desproporcional. Os ataques ocorridos durante o conflito da Bósnia não seriam, assim, fatos isolados parte pertencentes ao curso de uma guerra, mas sim um ataque sistemático dirigido à toda uma sociedade étnica bósnio-muçulmana, visando assim o genocídio (EUROPEAN COUNCIL, 1993). Dessa forma, a Assembleia Geral da ONU, na Resolução A/RES/48/143 acerca do abuso de mulheres em áreas de conflito armado na antiga Iugoslávia, declara que “esta prática hedionda (estupro e abuso de mulheres) constitui uma deliberada arma de guerra caracterizando uma política de “limpeza étnica” (UN GENERAL ASSEMBLY, 1993, tradução nossa<sup>12</sup>).

A Nação Bósnia não foi capaz de tratar com firmeza as necessidades das vítimas de estupro, nem desenvolver legislações e programas efetivos para as mesmas (IBRAHIMOVIC, 2014; UNITED NATIONS POPULATION FUND, 2010). Devido à falta de um aparato estatal bem estruturado, o Estado nacional Bósnio não conseguiu agir de maneira direta na proteção dos direitos de seus cidadãos, visto que naquele momento a própria construção institucional do Estado se tornava preocupação central.

Os acordos de Dayton (1995) puseram fim ao conflito na região dos Bálcãs. O governo que assumiu o poder na Bósnia no pós-conflito não foi capaz de administrar o país, em um momento que o governo local tinha que se preocupar com a constituição federativa do Estado e ainda lidar com o aumento do número de mutilados, doenças endêmicas e responder às demandas das vítimas de estupro. Neste sentido as instituições criadas no período anterior à formação do Estado e no período posterior à sua formação tiveram um papel de extrema importância no suporte às vítimas.

### **3. Organizações feministas e suporte às vítimas**

---

<sup>12</sup>This heinous practice (Rape and abuse of women) constitutes a deliberate weapon of war in fulfilling the policy of "ethnic cleansing".

Com o fim da guerra de independência da Bósnia, em 1995, diversas ONG's e Organizações Internacionais formadas exclusivamente por mulheres se organizaram a fim de prestar assistência física e psicológica às vítimas, cabendo destaque para as organizações transnacionais de mulheres na Bósnia, Croácia e Sérvia. Essas organizações de mulheres acabam por colocar em xeque a lógica segundo a qual a prestação de serviços assistenciais à determinado grupo social deve ficar a cargo do Estado. O Estado bósnio não foi capaz de prestar nenhum tipo de suporte substancial às mulheres vítimas do conflito, sendo assim, é essencial que seja traçado um pequeno histórico do movimento de mulheres no país.

Segundo Korac (1998), o histórico do movimento feminista na Iugoslávia socialista data da década de 1970 e foi possibilitado graças ao sistema de autogestão que possibilitava determinada descentralização política. Na década de 70, a maior parte dos movimentos de mulheres no país denunciava a permanência do sistema patriarcal, mesmo após a transição para um governo socialista, as desigualdades de gênero continuavam predominantes na vida política e econômica das mulheres. A pressão passou a ser feita sobre o partido comunista, que era acusado de focar na igualdade em relação à classe e não uma igualdade entre homens e mulheres.

No final do século XX, observou-se a criação de uma multiplicidade de grupos compostos por mulheres de diferentes perfis – mulheres lésbicas, muçulmanas, católicas – começam a se organizar e a demandar por respostas individualizadas que pudessem atender às demandas específicas. Vale ressaltar que era claro a existência de um déficit participativo dentro dos grupos feministas, controlados majoritariamente por mulheres bem escolarizadas das áreas urbanas (KORAC, 1998; HELMS, 2003). Com a emergência do nacionalismo étnico, por volta de 1988, as mulheres foram as primeiras a perder sua participação ativa na vida política e econômica. O movimento, então, buscou posicionar-se fortemente contra as ações nacionalistas da República da Sérvia, servindo como uma forte fonte de oposição (KORAC, 1998). Nestes termos, observa-se que:

A oposição estava baseada no reconhecimento feminista que as políticas do nacionalismo étnico incluem e perpetuam valores de uma estrutura patriarcal

relacionadas às noções de 'brotherhood', 'common blood', e 'kin' e assim, comprometendo os direitos das mulheres, pelo fato de transformá-las em 'Mães da Nação' e reprodutoras da cultura do coletivo étnico nacional (KORAC, 1998: 58, tradução nossa<sup>13</sup>).

O forte conteúdo tradicional e patriarcal evocado no nacionalismo étnico da região forçou o movimento de mulheres da região a focar novamente nos debates acerca da manutenção de direitos básicos (KORAC, 1998; HELMS, 2003). Com o início dos conflitos separatistas, a agenda feminista se adaptou, enfatizando a luta por questões anti-guerra, principalmente no que tange a crescente militarização da República sérvia. Em 1991, os grupos de mulheres começam a organizar diversos protestos como os das mães que perderam seus filhos nas hostilidades e que demandavam por paz. Esses movimentos fortemente organizados cresceram rapidamente em volume e ação, requerendo que as hostilidades fossem interrompidas e os filhos voltassem para suas casas (KORAC, 1998; HELMS, 2003).

Com a complexidade das hostilidades, os grupos feministas da região se desorganizam e diminuem a frequência de suas atividades. O comprometimento é afetado pelo rompimento da solidariedade entre suas integrantes, muitas vezes de etnias diferentes, além da dificuldade de organização física devido ao medo de manifestação pública, insegurança no transporte e acesso às zonas de guerra. Assim, com a desorganização do movimento feminista no período, pode-se observar no país a proliferação de missões de investigação lideradas por Organizações Internacionais (OIs) sobre as ocorrências de violações de direitos humanos, e mais especificamente, sobre os casos de estupro em massa. Juntamente com a repercussão internacional, diversas dessas Organizações Internacionais se fizeram presentes em território bósnio prestando assistência física e psicológica especialmente voltada para vítimas de estupro.

Entre essas organizações estão, por exemplo, o Comitê Internacional para a Cruz Vermelha, a Missão de Monitoramento da Comunidade Europeia, e a Organização Mundial da Saúde. É

---

<sup>13</sup>The opposition was based on feminist recognition that politics of ethnic nationalism embody and perpetrate patriarchal value structure related to the notions of 'brotherhood', 'common blood' and kin, and thus, jeopardize women's rights by transforming women into the 'Mother of the Nation' and bearers of culture of the ethnic national collective.

desconhecida a causa do *boom* midiático sobre os casos de estupro em massa dentro da comunidade internacional, mas é provável que as denúncias tenham vindo de movimentos nacionais de mulheres, em colaboração com outros grupos feministas da Europa e da América (AGGER, 1996).

Apesar de grande parte dessas OI's terem a *expertise* necessária para trabalhar em áreas de conflito, elas encontraram grandes dificuldades na prestação de assistência para mulheres vítimas de violência sexual no país, sendo extremamente difícil encontrar essas vítimas. Apesar dos relatórios de campo apontarem milhares de mulheres vítimas da violência, a procura por assistência nesses grupos era baixa. Dessa forma, parte das organizações internacionais mudaram sua estratégia baseada em programas voltados para as comunidades, juntamente com novas ideias de como fornecer assistência direcionada para o público específico de mulheres vítimas de violência sexual (AGGER, 1996).

Quando a repercussão midiática reduz, diversas dessas organizações passaram por problemas financeiros, já que o grande volume de doações para essas instituições tinha se dado em grande parte pela repercussão. Parte dessas organizações se retiraram da Bósnia, e outra parte aumentou o seu escopo de serviços, prestando assistência não só para as vítimas de violência sexual, mas a qualquer tipo de violação de direitos humanos ou qualquer tipo de assistência emergencial em tempos de guerra (AGGER, 1996).

Vale ressaltar, que após serem reportados os casos de estupro em massa no país, as organizações<sup>14</sup> de mulheres na Bósnia, Sérvia e Croácia se encontraram frente a um novo dilema, deviam prestar assistência a milhares de mulheres vitimadas pelo conflito, o que acabou levando a outra cisão dentro do movimento. Essa diferenciação acaba por ficar mais evidente com a aproximação da assinatura do Acordo de Dayton<sup>15</sup>, período no qual novas ONG's nacionais começaram a aparecer e novos problemas surgem relativos às diferentes percepções apresentadas pelas vítimas de estupro durante as sessões de terapias em grupo,

---

<sup>14</sup>Podendo citar aqui as organizações *Vive Žene*, *Medica Zenica* dentre outras.

<sup>15</sup>Acordo de Paz assinado em novembro de 1995 na cidade de Dayton (EUA), que pôs fim ao conflito de Independência da Bósnia-Herzegovina.



realizadas principalmente pelas organizações de mulheres, criando dessa forma duas subdivisões.

Na primeira delas, as feministas, tanto as vítimas como mulheres que prestavam assistência, afirmavam que as mulheres que foram estupradas na guerra foram sujeitas a esse tipo de abuso primeiramente e principalmente por causa de seu gênero e não por causa de sua etnia nacional. Tais feministas eram acusadas de não levar em conta o marcador étnico e estariam assim se afastando de suas raízes nacionais. O outro grupo de feministas se tornou apoiador de projetos étnico-nacionais e as políticas de exclusão de seus governos não podiam aceitar qualquer noção de definição mais ampla da categoria de mulher. Assim, as mulheres que se consideram vítimas por gênero são consideradas “traidoras” ou “mulheres vítimas” e aquelas que consideravam o nacionalismo étnico como a causa da guerra e das atrocidades, seriam as “mulheres agressoras” ou “patriotas” (KORAC, 1998).

A reflexão acerca das problemáticas trazidas pelos diferentes entendimentos a respeito da origem dos atos violentos praticados contra mulheres no contexto de conflito, assim como o debate sobre como a assistência a tais vítimas seria realizado, e reflete a necessidade de incorporar abordagens interseccionais que deem conta de processar diferentes identidades e categorias analíticas, como gênero e etnia. Assim, sem a compreensão de que os marcadores de gênero e etnia, entre outros, operaram no contexto de conflito e do pós-guerra de forma simultânea, mas não idêntica, não é possível entender a complexidade das dinâmicas socioculturais às quais os movimentos de mulheres na bósnia estão se referindo.

#### **4. UM OLHAR DE GÊNERO SOBRE AS CONSEQUÊNCIAS DO CONFLITO**

Um dos problemas enfrentados no que diz respeito à formação e constituição de um corpo nacional bósnio diz respeito aos filhos da guerra. O termo é utilizado para designar as crianças “nascidas como fruto do horror sofrido por suas mães, estas crianças são as grandes vítimas da tragédia” (IBRAHIMOVIC, 2014: 19, tradução nossa<sup>16</sup>).

---

<sup>16</sup>Nacidos como fruto del horror sufrido por sus madres son las otras grandes víctimas de esta tragedia.



O governo bósnio não possui estimativas oficiais sobre o número de crianças que nasceram da guerra, por outro lado diversas ONGs de direitos humanos presentes em território bósnio reportam milhares de casos<sup>17</sup> (IBRAHIMOVIC, 2014). No entanto existem estudos que apontam a possibilidade de infanticídio (bebês que foram mortos pelas próprias mães, ou pelas famílias das mulheres), negligência e abandono (fazendo com que muitas dessas crianças vivessem na pobreza) e abusos por parte da mãe e da família (que não conseguiam superar a violência sofrida e aceitação da criança, considerando-as “filho do inimigo”) (IBRAHIMOVIC, 2014).

Organizações como a *Women Victims of War* [Mulheres Vítimas da Guerra] falam sobre as duras condições de vida destas crianças e jovens que hoje alguns já tem cerca de 19 anos. Alguns foram deixados em orfanatos no país, adotadas em outros países do norte da Europa, mas alguns permaneceram com suas mães, sem saber o segredo sobre quem é seu pai (IBRAHIMOVIC, 2014: 15, tradução nossa<sup>18</sup>).

A falta de campanhas sociais para dar visibilidade a realidades dessas crianças e o medo de estigmas por parte das mulheres vítimas dificultam a normatização dentro da sociedade. Muitas famílias permanecem em silêncio e ocultam a verdade para seus filhos e para parentes diretos – pelo medo de como serão tratados (IBRAHIMOVIC, 2014). O grande problema das crianças da guerra na formação do Estado Bósnio se encontra no momento em que os homens, pais dessas crianças, estão, muitas vezes, em contato direto com suas vítimas - sejam elas as mulheres violadas ou as crianças que nasceram da violência. A dificuldade de se formar uma coesão nacional está no fato da vítima ser obrigada a coexistir com seu agressor.

As respostas ao crime de estupro em massa que ocorreram durante a guerra na Bósnia Herzegovina apresentam um caráter paradoxal, uma vez que, por um lado há tentativas legais internacionais pelo Tribunal Penal Internacional para ex-Iugoslávia de processar os perpetradores e, por outro, a sociedade bósnia que permaneceu em silêncio com o desejo de "esquecer" os traumas pelos quais passaram durante o tempo de conflito. O grande desafio da

---

<sup>17</sup>Vale salientar, que por não haver uma estimativa correta não há, no país, políticas diretas ou explícitas voltadas para tais crianças

<sup>18</sup>Organizaciones como Women Victims of War hablan de las duras condiciones de vida de estos niños que hoy son ya jóvenes de unos 19 años. Algunos fueron dejados en orfanatos en el país, otros adoptados en países del norte de Europa pero algunos han permanecido con sus madres, sin conocer el secreto de quién es su padre.

construção de um sentimento nacional bósnio deve perpassar a questão da reafirmação do valor ético das vítimas de violações em massa (TODOROVA, 2011).

Ainda hoje, o suporte dado pelo Estado às vítimas de estupro em massa é precário e insatisfatório. Existem na Bósnia 10 tribunais na Federação Bósnia, e 5 na República Srpska, e no ano de 2005 foi criado a Sala para Crimes de Guerra do Tribunal Superior de Justiça, para casos de nível nacional. O que se verificou depois disso foi que “A justiça sofreu um colapso por falta de recursos, que no ano de 2009 contava com um atraso de mais de 2 milhões de casos, dos quais aproximadamente 16.000 tinham a ver com crimes de guerra” (IBRAHIMOVIC, 2014: 14, tradução nossa<sup>19</sup>). Além disso, diversas organizações acusam a Sala de descaso com as vítimas e testemunhas.

Quanto ao suporte financeiro, as vítimas da violação se enquadram em uma categoria diferente dos veteranos de guerra, e o valor do suporte pode variar de 50 a 250 euros. A possibilidade de pedir compensação aos agressores por vias legais é desconhecida por muitas mulheres, mas é também difícil o reconhecimento ser feito devido à impossibilidade de identificação dos agressores durante o conflito. Como parte das reparações materiais a República Srpska houve o comprometimento com a garantia de moradia, desde 2007, porém diversas vítimas informaram não conhecerem esse direito ou o prazo para reclamá-lo (IBRAHIMOVIC, 2014).

Paralelamente ao quadro mencionado acima, devemos levar em conta que segundo o plano de Ação Bósnio derivado da Resolução 1325 do Conselho de Segurança da ONU para a igualdade de gênero, responsável pelo impacto do conflito armado nas mulheres, a participação das mulheres no Estado bósnio, tanto nos poderes executivos e federativos, bem como nas cortes e forças militares têm voltado a crescer, atingindo níveis de representação iguais ou maiores do que aqueles encontrados na antiga Iugoslávia (BOSNIA E HERZEGOVINA, 2013).

---

<sup>19</sup>La justicia sufre un colapso por falta de recursos que en el año 2009 contaba con un retraso de más de 2 millones de casos, de los que aproximadamente 16.000 tenían que ver con crímenes de guerra.

Visando também a não recorrência de crimes de gênero, existem leis contra a violência doméstica em níveis federativos e nacionais, e foi criada a Agência para Igualdade de Gênero da Bósnia e Herzegovina, que lançou em 2006 seu plano de ação que prevê a inserção da mulher em todos os setores, além da conscientização popular para igualdade de gênero (AGENCY FOR GENDER EQUALITY IN BOSNIA HERZEGOVINA, 2006).

A história, a memória e o próprio esquecimento dos ocorridos desempenham um papel central na (re)construção de todas as coletividades nacionais, principalmente do corpo nacional. No entanto, o poder desses conceitos de condução assume potência extra nas sociedades pós-conflito, que têm de enfrentar o legado de violência intercomunitária em massa e tentar curar as feridas das vítimas de violência, a fim de evitar conflitos futuros. Vale ressaltar que a histórica ênfase nas violações pode resultar em uma mentalidade de vítima, que serve para respaldar a negligência nas responsabilidades e, muitas vezes, desculpar os atos de violência contra os outros. (TODOROVA, 2011; OSKAN, 2009).

### **Considerações Finais**

O caso bósnio tornou-se marcante internacionalmente, ganhando grande destaque por ter sido a primeira vez na história em que foram julgados indivíduos que cometeram crimes de violência sexual contra a população civil em contexto armado. A visibilidade dos casos de violência sexual vem ganhando destaque cada dia mais, sendo o estupro enquadrado, hoje, como uma estratégia de guerra. Ao longo do presente artigo buscamos, através de uma abordagem feminista compreender como os padrões sociais, construídos historicamente, estão relacionados com o lugar subalterno ocupado pelas mulheres. O movimento de mulheres na Bósnia-Herzegovina busca questionar e por em xeque as instituições tradicionais que reforçam padrões patriarcais de dominação no país.

No período do desenvolvimento e, principalmente, com o final do conflito, tornou-se possível compreender o contexto e o motivo pelo qual o estupro foi usado, considerado como método de dominação não apenas do corpo feminino mas também da nação, o estupro, entendido

enquanto uma violência de gênero, busca reproduzir um padrão falocêntrico que acaba por reafirmar um local “feminino” na estrutura social. Diversas autoras afirmam que o emprego do estupro em massa no conflito faz com que a mulher ocupe uma posição dual: ora é a mãe da nação – detentora do corpo nacional – ora é a responsável pelo fracasso da mesma. O estupro de mulheres, principalmente das bósnias muçulmanas, se torna ainda mais complexo de se analisar, uma vez que a mulher vítima era renegada por sua família e por sua sociedade, acabando por ocupar uma posição de marginalização e grande invisibilidade no quadro social.

Assim, faz-se necessário aqui abrir um “parêntese explicativo” para elucidar as contribuições que uma abordagem de gênero traz ao entendimento dos crimes de guerra. Ao partirmos da compreensão de gênero enquanto uma construção histórica, social e política que ordena as relações entre os indivíduos e estabelece uma estrutura hierárquica valorativa entre os agentes sociais (MATOS, 2008; 2010), podemos entender que o não reconhecimento das mulheres enquanto agente político e cidadão faz com que o estupro seja cada vez mais empregado enquanto estratégia de dominação. A falta de percepção de que as mulheres são sujeitos de direitos faz com que a violência se torne naturalizada nos conflitos. Sob a ótica do construtivismo, a percepção dos indivíduos em relação a real agência das mulheres contribui para a aceitação do emprego de práticas que ferem a integridade física e moral, ou seja, enquanto houver a propagação de um entendimento de que as mulheres não são cidadãs plenas e com direitos, o uso da violência se torna possível.

Torna-se também importante notar como o marcador étnico influenciou positivamente a organização dos grupos de mulheres e foram de grande importância para a recuperação das vítimas do conflito. Durante os anos de grande participação do movimento de mulheres na República Iugoslava, as mulheres das Repúblicas autônomas estavam ligadas por vínculos de solidariedade baseadas em seu gênero, com o processo de independência das Repúblicas e das pretensões nacionalistas da Sérvia, esses vínculos foram substituídos por uma segregação étnica. Assim, o diálogo se tornou ponto chave para o restabelecimento dos vínculos entre as lideranças desses grupos, o que possibilitou um processo mais significativo de superação dos traumas. Nesse sentido, deve-se perceber que essa interseccionalidade entre gênero e etnia

possibilitou a coesão dessas mulheres, facilitando o reconhecimento enquanto vítimas da violência de guerra e agentes de mudança da realidade social.

Com o agravamento das ações violentas torna-se necessária a resposta institucional do Estado para com a sociedade civil, porém o que ficou evidente foi a dificuldade de resposta por parte do Estado bósnio, em que os motivos são variados e não serão abordados no presente artigo. A demora e a dificuldade na articulação dos grupos, nacionais e internacionais, deixaram as vítimas sem possibilidade de recorrer a uma instância superior ao Estado. Assim, observou-se o agrupamento de mulheres prontas para prestar suporte para outras mulheres vítimas. Nesse período, as mulheres tomaram consciência de agência e começaram a influenciar a estrutura, assim como a estrutura influenciava a ação do grupo.

Neste sentido, é relevante ressaltar a importância da fala no contexto da ação por mudanças, as vítimas utilizaram de seus discursos e dos seus entendimentos enquanto indivíduos subjugados que buscam superação de um quadro de violência vigente na região. Tal superação veio, em um primeiro momento, na institucionalização de organizações de apoio e, posteriormente, na participação das mulheres na vida política do Estado (COCKBURN, 2001).

Concluindo, após a mudança de posicionamento advinda da percepção de que as mulheres eram cidadãs de direitos e mereciam participar ativamente da esfera pública, torna-se claro a mutualidade nas relações entre agência e estrutura, na qual podemos observar como uma diferente percepção da agência pode influenciar, mesmo que de forma sutil, a estrutura.

Ao dar a voz àqueles considerados marginais à política internacional, os escritos feministas validam o seu conhecimento e o posicionam numa interrupção aos temas hegemônicos. Mas mais do que isso, as interpretações daqueles nas margens servem para construir projetos feministas, justapondo o que é com o que deveria ser, raramente condescendendo prescrições para um futuro melhor, mas provendo um poderoso ponto de saída para uma melhor compreensão do mundo (LOCHER, PRUGL, 2001: 125, tradução nossa<sup>20</sup>)

---

<sup>20</sup>In giving a voice to those considered marginal in international politics feminist writings validate their knowledge and position it on disrupt hegemonic accounts. But more than that, the interpretations of those on the

Podemos então identificar três momentos dessa relação agência-estrutura: i) em um primeiro momento, podemos entender como as construções valorativas de gênero delimitaram a participação diferenciada de homens e mulheres na sociedade, cabendo à mulher o domínio da casa, dos filhos e do cuidado, não sendo entendidas enquanto cidadãos plenos: “Nessa análise, identidade não é simplesmente uma variável explanatória mas sim um complexo resultado de estratégias discursivas que codificam o poder ao evocar compreensões privilegiadas da masculinidade ao custo da feminilidade” (LOCHER, PRUGL, 2001: 123, tradução nossa<sup>21</sup>); ii) em um segundo momento, com o início das ações violentas, principalmente contra as mulheres, observamos uma ação coordenada, liderada por grupos feministas e ONGs de assistência que trazem um novo entendimento ao confrontar as estruturas sociais vigentes, principalmente o papel do Estado, isso faz com que uma nova “identidade” das mulheres fosse formada e possibilitasse novos questionamentos sobre sua atuação dentro da sociedade; por fim, iii) no terceiro momento, com o questionamento da regras e normas vigentes, observa-se um posicionamento diferente na sociedade, ancorado principalmente em ideias feministas, que vão ganhando novos espaços de atuação política, causando assim mudanças na estrutura social.

As organizações de mulheres surgiram no intuito de trazer alívio psicológico e atendimentos para a saúde física das mulheres vítimas do conflito. Grande parte delas procuraram essas organizações apenas para afastar o mal da depressão e revisitação dos males sofridos na guerra, e “ocupar o tempo com a companhia de outras mulheres”, mas tiveram como resultado o empoderamento e maior participação política feminina, além do interesse na defesa de seus direitos.

## **Referências Bibliográficas**

---

margins serve to frame feminist projects, juxtaposing what is with what ought to be, rarely yielding prescriptions for a better future, but providing a powerful point of departure for a better understanding of the world.

<sup>21</sup>In all these analyses, identity is not simply an explanatory variable but a complex outcome of discursive strategies that encode power by evoking privileged understanding of masculinity at the expense of femininity.

***RICRI Vol.5, No.9, pp.84-109.***

AGENCY FOR GENDER EQUALITY IN BOSNIA HERZEGOVINA (2006). *Bosnia and Herzegovina Gender Action Plan: Chapter XV Information and Communication Technologies*. Disponível em: <<http://www.genderit.org/resources/bosnia-and-herzegovina-gender-action-plan-chapter-xv-information-and-communication-technol>>. Acessado em 12 de setembro 2016.

AGGER, Inger; MIMICA, Jadranka (1996). *Echo Psycho-social Assistance to Victims of War in Bosnia-Herzegovina and Croatia*. EUROPEAN COMMUNITY HUMANITARIAN OFFICE AND EUROPEAN TASK FORCE (ECHO & ECTF). Disponível em: <<http://aei.pitt.edu/33618/1/A517.pdf>>. Acessado em 12 de março de 2017

AYDELOTT, Danise (1993). *Mass rape During War: Prosecuting Bosnian Rapists Under International Law*. Disponível em: <<http://coursesa.matrix.msu.edu/~fisher/bosnia/readings/Aydelott1.html>>. Acessado em 26 de agosto de 2017.

BANJEGLAV, Tamara (2009). *Gender, Nation, Rape: Intersections of gender and ethnic violence during the War in Bosnia and Herzegovina*. Dissertação de Mestrado de Artes, Central European University. Disponível em: <[www.etd.ceu.hu/2009/banjejav\\_tamara.pdf](http://www.etd.ceu.hu/2009/banjejav_tamara.pdf) . Acessado 13 de setembro de 2016.

BATINIC, Jelena (2001). “Feminism, Nationalism, and War: The ‘Yugoslav Case’ in Feminist Text”. *Journal of International Women’s Studies*, v. 3, n. 1. Disponível em: <<http://vc.bridgew.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1593&context=jiws>>. Acessado em 01 de setembro de 2016.

BOSNIA AND HERZEGOVINA (2013). *Action plan for implementation of UNSCR 1325 In Bosnia and Herzegovina For the period 2014-2017*. Disponível em: <<https://www.inclusivesecurity.org/wp-content/uploads/2014/12/BiH-NAP-ENG.pdf>>. Acessado em 13 de setembro 2016.

BROWNMILLER, Susan (1975). *Against our will: Men, Women and Rape*. United States: Ballantine Books.

CAMPBELL, David (1998). *National Deconstruction: Violence, identity, and justice in Bosnia*. Minneapolis: University of Minneapolis Press.

CANÊDO, Carlos (1999). *O Genocídio como Crime Internacional*. Belo Horizonte: Del Rey.

CHINKIN, Christine (1994). Rape and Sexual abuse of women in International Law. In: *European Journal of International Law*. 5(1), p. 326-341.



COCKBURN, Cynthia; STAKIC-DOMUZ, Reda; HUBIC, Meliha (2001). Women Organizing for Change: A study of women's local integrative organizations and the pursuit of democracy in Bosnia-Herzegovina. *Medica Women's Association*. Disponível em: <<http://www.cynthiacockburn.org/WOFCreset.pdf>>. Acessado em 15 de setembro de 2016.

EUROPEAN COUNCIL (1993). Report on Rape in Bosnia-Herzegovina. *EC Investigative Mission into the Treatment of Muslim Women in the Former Yugoslavia*. Disponível em: <<http://www.liv.ac.uk/library/sca/collidescs/owen/boda/sp7a.pdf>>. Acessado em 01 de setembro de 2016.

HELMS, Elyssa Lynelle (2003). *Gendered visions of the bosnian future: women's activism and representation in post-war Bosnia Herzegovina*. Tese de Doutorado em Filosofia, University of Pittsburgh. Disponível em: <<https://core.ac.uk/download/pdf/12209040.pdf>>. Acessado em 15 de março de 2017.

IBRAHIMOVIC, Esmá Kucukalic (2014). Las mujeres violadas en la guerra de Bosnia, dobles víctimas del conflicto 20 años después. *Documento Opinión*, 35. Instituto Español de Estudios Estratégicos. Disponível em: <[http://www.ieee.es/Galerias/fichero/docs\\_opinion/2014/DIEEEEO35-2014\\_GuerraBosnia\\_DDHH\\_EsmaKucukalic.pdf](http://www.ieee.es/Galerias/fichero/docs_opinion/2014/DIEEEEO35-2014_GuerraBosnia_DDHH_EsmaKucukalic.pdf)>. Acessado em 18 de outubro de 2016.

INTERNATIONAL CRIMINAL COURT (2015). *About the Court*. Disponível em: <[https://www.icc-cpi.int/en\\_menus/icc/about%20the%20court/Pages/about%20the%20court.aspx](https://www.icc-cpi.int/en_menus/icc/about%20the%20court/Pages/about%20the%20court.aspx)>. 2015. Acesso em 20 de outubro 2016.

INTERNATIONAL CRIME TRIBUNAL FOR THE FORMER YUGOSLAVIA (2015). *ICTY Remembers: The Srebrenica Genocide 1995-2015*. Disponível em: <<http://icty.org/srebrenica20/>>. Acesso em 02 de setembro 2016.

KORAC, Maja (1998). *Linking arms: Women and war in Post-Yugoslav States*. Uppsala: Life and Peace Institute.

LEANDRO, Francisco José (2013). Gender Based Crimes as “Tool of War” in Armed Conflicts. In: *Gender Violence in Armed Conflicts*. Disponível em: <[www.ces.uc.pt/myces/UserFiles/livros/1097\\_idncaderno\\_11.pdf](http://www.ces.uc.pt/myces/UserFiles/livros/1097_idncaderno_11.pdf)>. Acessado em 2 de outubro de 2016.

LOCHER, Birgit; PRUGL, Elizabeth (2001). *Feminism and Constructivism: Worlds Apart or sharing the Middle Ground?*. Disponível em: <<https://web.archive.org/web/20150203000058/http://www.artsrn.ualberta.ca/courses/PoliticalScience/661B1/documents/LocherPruglFeminismConstructivism.pdf>>. Acessado em 15 de abril de 2017.



MATOS, Marlise (2008). Teorias de gênero ou teorias e gênero? Se e como os estudos de gênero e feministas se transformaram em um campo novo para as ciências. *Revista Estudos Feministas*, v. 16, n. 2. Disponível em: <goo.gl/cn6XNg>. Acesso em: 30 jul. 2016.

MATOS, Marlise (2010). Movimento e Teoria Feminista: é possível reconstruir a teoria feminista a partir do Sul global? *Revista Sociologia Política*, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 67-92. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v18n36/06.pdf>. Acesso em: 30 jul. 2016.

MATOS, Marlise; PARADIS, Clarissa Goulart (2014). Desafios à despatriarcalização do Estado brasileiro. *Cadernos Pagu* (43), julho-dezembro: 57-118. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cpa/n43/0104-8333-cpa-43-0057.pdf>. Acesso em: 03 maio 2016.

ONUF, Nicholas (1998). A User's manual. In: KUBÁLKOVÁ, Vendulka. KOWERT, Paul. ONUF, Nicholas. (Eds.). *International relations in a constructed world*. M.E Sharpe: New York.

OSKAN, Kim (2009). "I am trying to live." *War rape victims and their position in post-war Bosnia*. Disponível em: <http://dare.uva.nl/cgi/arno/show.cgi?fid=138352>. Acessado em 18 de outubro 2016.

PATEMAN, Carole (1993). *O Contrato Sexual*. São Paulo, Paz e Terra.

POWER, Samantha (2004). *Genocídio - A retórica americana em questão*. São Paulo: Companhia das Letras.

SCOTT, J. W. (1986). *Gender: a useful Category of Historical Analysis*.. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/1864376>. Acessado em 13 de fevereiro de 2017.

TODOROVA, Teodora (2011). "Giving Memory a Future": Confronting the Legacy of Mass Rape in Post-conflict Bosnia-Herzegovina". *Journal of International Women's Studies*, v. 12, n. 2. Disponível em: <http://vc.bridgew.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1103&context=jiws>. Acessado em 18 de outubro de 2016.

UNITED NATIONS GENERAL ASSEMBLY (1993). *Rape and abuse of women in the areas of armed conflict in the former Yugoslavia*. A/RES/48/143. Disponível em: <http://www.un.org/documents/ga/res/48/a48r143.htm>. Acessado em 7 de setembro de 2016.

UNITED NATIONS GENERAL ASSEMBLY (1993). *Rape and abuse of women in the areas of armed conflict in the former Yugoslavia*. A/RES/50/192. Disponível em: <http://www.un.org/documents/ga/res/50/a50r192.htm>. Acessado em 10 de outubro 2015

UNITED NATIONS COMMISSION ON HUMAN RIGHTS (1993). *Situation of Human Rights in the Territory of the Former Yugoslavia*. Report on the situation of human rights in the territory of the former Yugoslavia submitted by Mr. Tadeusz Mazowiecki, Special Rapporteur of the Commission on Human Rights, pursuant to Commission resolution 1992/S-1/1 of 14 August 1992. Disponível em: <<http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/G93/106/07/PDF/G9310607.pdf?OpenElement>>. Acessado em 10 de setembro de 2015.

UNITED NATIONS POPULATION FUND (2010). *Do Conflito à Renovação: Gerações de Mudanças. Relatório sobre a Situação da População Mundial 2010*. Disponível em: <<http://www.unfpa.org.br/swop2010/>>. Acessado em 01 de outubro de 2016.

WEBER, Max (1991). *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Brasília: UnB, 3v.

WENDT, Alexander (1999). *Social Theory of International Politics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.